

Votação do petróleo

BRASÍLIA — As lideranças governistas vão tentar votar em julho, no Senado, a emenda que abre o monopólio estatal do petróleo. A proposta deveria ser apreciada em agosto, mas com a convocação extraordinária praticamente decidida, o governo pretende apressar sua tramitação. “Como os senadores serão convocados, vamos tentar votar a emenda do petróleo também”, disse ontem o líder do governo, senador Elcio Álvares (PFL-ES).

Os governistas aguardam apenas a segunda votação da emenda do petróleo, na Câmara dos Deputados, na terça-feira, para iniciar as negociações para apressar a deliberação do Senado. A concretização desse objetivo dependerá do provável relator da emenda, senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB). Ele terá, pelo regimento, 30 dias para submeter seu relatório à Comissão de Constituição e Justiça e não está muito disposto a correr. “Não farei

nada açodadamente, o assunto é polêmico e vou examiná-lo com rigor”, comentou.

Apesar da cautela, Cunha Lima admite apresentar seu relatório antes. O líder do PSDB, senador Sérgio Machado (CE), acredita que o Senado poderá acelerar a aprovação da emenda do petróleo. “Já seria muito bom chegarmos a agosto com o petróleo votado na Comissão de Constituição e Justiça”, disse.

Na avaliação das lideranças governistas as reformas serão aprovadas por ampla maioria. A oposição tem só 11 votos (cinco do PT, quatro do PDT, um do PSB e um do PPS). O governo conta com o voto único do PPS, representado pelo senador Roberto Freire (PE), em algumas emendas. As defecções na base governista estão restritas aos senadores Josaphat Marinho (PFL-BA), Roberto Requião (PMDB-PR) e Emília Fernandez (PTB-RS).